



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO

**24. PROVA OBJETIVA**  
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
Mediação de Conflitos

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

#### *Nova espécie de planta no Rio*

Não é a Amazônia – são apenas 3 hectares (1 hectare [ha] equivale a 10 mil m<sup>2</sup>) cravados no meio da cidade do Rio de Janeiro, atrás do Palácio da Guanabara, em Laranjeiras. Mas ainda assim esse pequeno resquício de Mata Atlântica guarda surpresas, como a *Calathea reginae*, uma nova espécie de planta que acaba de ser descrita por um pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Pertencente à família *Marantaceae*, a *C. reginae* já havia sido coletada em 1971, atrás do Colégio Santo Inácio, mas a sua descrição e classificação só foram possíveis com a nova descoberta. “Para dar um nome científico a uma nova espécie, não basta apenas ter um exemplar da planta, precisamos de amostras da flor, do fruto, etc.”, conta o botânico João Marcelo Alvarenga Braga, do JBRJ.

Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem, ainda é possível encontrar organismos desconhecidos. “Se é assim no Rio, imagine na Amazônia”, ressalta Braga. Mas nem tudo são flores para o novo vegetal carioca – a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. Segundo o botânico, a *C. reginae* é uma planta endêmica local, ou seja, só existe naquele fragmento de mata. “Há somente um pouco mais de 20 indivíduos dessa espécie”, revela Braga.

Ele espera que o achado mostre a importância de se preservarem os resquícios de mata ainda existentes na cidade. “Começamos um projeto nesse sentido, pois propor salvar uma espécie sem garantir a preservação do seu habitat é o mesmo que deixá-la se extinguir”, conclui o botânico.

(Revista *Ciência Hoje*, junho de 2008. Adaptado)

01. De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que

- (A) em algumas cidades, como no Rio de Janeiro, são encontradas espécies exóticas de plantas típicas da região amazônica.
- (B) a presença de espécies endêmicas põe em risco a preservação de trechos da Mata Atlântica.
- (C) os botânicos estão preocupados com a proliferação de um novo vegetal carioca, cujas características ainda são desconhecidas.
- (D) o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, desde 1971, pesquisa todos os locais em que há a presença da *Calathea reginae*.
- (E) a preservação da Mata Atlântica, mesmo em locais urbanos, faz-se necessária para evitar a extinção das espécies.

02. A *Calathea reginae*

- (A) é uma espécie vegetal muito peculiar de áreas próximas a centros urbanos.
- (B) já era conhecida dos botânicos.
- (C) é uma planta que está em extinção desde 1971.
- (D) faz parte de um projeto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- (E) só pôde ser conhecida quando houve a devastação de trechos da Mata Atlântica.

03. Em – ... a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. – a expressão em destaque significa que

- (A) é um vegetal que está ameaçado por causa da poluição.
- (B) há dificuldades para se classificar esse vegetal.
- (C) não há muita quantidade da espécie.
- (D) o seu habitat não permite que os pesquisadores tenham mais dados sobre a planta.
- (E) a ausência de informações sobre seus frutos dificulta uma classificação científica.

04. Em – ... a *C. reginae* é uma planta endêmica local, ... – a expressão destacada, *endêmica*, significa

- (A) nativa.
- (B) distinta.
- (C) desconhecida.
- (D) similar.
- (E) comestível.

05. Segundo o botânico João Marcelo Alvarenga Braga,

- (A) as pesquisas acerca da descoberta de uma planta da família *Marantaceae* ainda não foram concluídas.
- (B) há muita dificuldade para encontrar espécimes da *C. reginae* na Amazônia.
- (C) é necessário conservar áreas verdes, mesmo que estejam no meio das cidades.
- (D) a preservação das matas deve ser de responsabilidade do Jardim Botânico.
- (E) há muitos organismos vegetais desconhecidos próximos ao Palácio da Guanabara.

06. No trecho – Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem... – a expressão em destaque estabelece relação de

- (A) adversidade.
- (B) explicação.
- (C) conclusão.
- (D) concessão.
- (E) causa.

07. Assinale a alternativa correta quanto ao uso/colocação de pronomes, de acordo com a norma culta.

- (A) *Se* espera que a nova espécie de planta seja mais pesquisada pelos botânicos.
- (B) – Entre *eu* e o Jardim Botânico há uma parceria para elaborar um projeto de preservação da Mata Atlântica – disse o botânico.
- (C) – Para *mim* continuar a pesquisa com a *C. reginae*, será necessário observar a espécie em outros ambientes.
- (D) Quanto às novas espécies de plantas descobertas na cidade do Rio de Janeiro, os pesquisadores que preocupam-se com seu estudo estão desanimados.
- (E) Não *se* pode salvar a espécie se não houver preservação do seu habitat.

08. Leia as frases.

- I. As pesquisas ainda estão meio atrasadas.
- II. Fazem muitos anos que foi coletada uma amostra dessa nova planta.
- III. Pode haver muitas outras plantas como essa em outros locais.
- IV. Necessitam-se de novos exemplares de plantas para dar um nome científico.

Considerando a concordância verbal e nominal, estão corretas apenas as frases contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

09. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a lacuna das frases quanto ao acento indicativo da crase.

- I. Os pesquisadores foram obrigados \_\_\_\_ examinar um grande número de espécimes.
- II. O botânico não se referiu \_\_\_\_ essa situação.
- III. Os estudos sobre essa nova descoberta não podem ficar \_\_\_\_ escondidas.

- (A) à ... a ... às
- (B) a ... à ... as
- (C) a ... a ... as
- (D) a ... a ... às
- (E) à ... à ... as

10. Considerando a flexão verbal, está correta a alternativa:

- (A) Se o botânico se dispuser a apresentar os resultados de sua pesquisa, saberemos mais a respeito da planta.
- (B) Quando o pesquisador ver essa nova espécie de vegetal carioca, poderá continuar seu projeto.
- (C) Os estudiosos se contradizem várias vezes, durante o debate.
- (D) Espero que a região seja preservada.
- (E) Se os moradores intervirem, poderemos ter uma solução melhor para o problema.

11. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 37, *caput* da Constituição Federal, obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- (B) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e sigilo profissional.
- (C) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e publicidade.
- (D) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e sigilo profissional.
- (E) eficiência, legalidade, pessoalidade, rapidez e sigilo profissional.

12. O ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade, é denominado

- (A) admissão.
- (B) autorização.
- (C) aprovação.
- (D) licença.
- (E) permissão.

13. Preconiza o princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que o agente público

- (A) pode fazer tudo o que a lei não lhe proíbe.
- (B) somente pode fazer o que a lei lhe permite.
- (C) deve verificar, no caso concreto, se convém ao interesse público aplicar ou não a lei.
- (D) se atuar em desacordo com a lei, deve justificar seu ato.
- (E) pode atuar livremente, não se restringindo aos estritos limites legais.

- 14.** A previsão contida no art. 37, § 1.º, da Constituição Federal, de que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, decorre do princípio da
- (A) Eficiência.
  - (B) Impessoalidade.
  - (C) Legalidade.
  - (D) Pessoalidade.
  - (E) Propaganda.
- 15.** Compõem a Administração Indireta as
- I. Autarquias;
  - II. Fundações Públicas;
  - III. Sociedades de Economia Mista;
  - IV. Empresas Públicas.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I, II e IV, apenas.
  - (D) I, III e IV, apenas.
  - (E) II, III e IV, apenas.
- 16.** A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que deve necessariamente ser organizada sob a forma de sociedade
- (A) anônima.
  - (B) comandita simples.
  - (C) cooperativa.
  - (D) em nome coletivo.
  - (E) limitada.
- 17.** As autarquias, conforme art. 37, XIX, da Constituição Federal, somente poderão ser criadas por meio de
- (A) alvará específico.
  - (B) decreto específico.
  - (C) lei específica.
  - (D) portaria específica.
  - (E) resolução específica.
- 18.** Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser classificados como:
- (A) de império e de gestão.
  - (B) gerais e individuais.
  - (C) perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.
  - (D) constitutivos, declaratórios e enunciativos.
  - (E) simples, complexos e compostos.
- 19.** Decreto é a forma pela qual se revestem os atos individuais ou gerais, emanados dos (as)
- (A) Agentes Públicos.
  - (B) Autoridades.
  - (C) Diretores de Serviço.
  - (D) Chefes do Poder Executivo.
  - (E) Secretários de Estado.
- 20.** O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, é denominado
- (A) Anulação.
  - (B) Avocação.
  - (C) Cassação.
  - (D) Invalidação.
  - (E) Revogação.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa que apresenta a concepção de reforma agrária nos termos do artigo 16, do Estatuto da Terra.

- (A) A Reforma Agrária deve ser um processo amplo, geral e macivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas; deve ser amplo para poder atingir com suas metas em um curto prazo (no máximo dez anos) toda uma região ou todo o país; precisa também ser geral para poder eliminar a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso a terra e a água, tendo por base a produção camponesa; e ser macivo para poder beneficiar a totalidade dos camponeses sem terra, dos que possuem pouca terra e dos demais trabalhadores que desejarem ter acesso a terra.
- (B) A Reforma Agrária adota o princípio básico de que todos os camponeses indígenas despojados ilegalmente de suas terras devem imediatamente tê-las restituídas. Aqueles que não as têm podem solicitar terras dos governos das unidades federativas às comissões agrárias mistas. As terras doadas formam unidades que se constituem um sistema comunal. Permite existência da propriedade individual, inapropriável, desde que essa propriedade tenha até 100 hectares em terras de regadio ou até 300 hectares nas terras cultivadas com algodão, cana-de-açúcar etc., ou a área suficiente para criar 500 cabeças de gado bovino.
- (C) A Reforma Agrária é uma política de desapropriação de terras para distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra, em lotes de 7 a 16 hectares. Esses lotes são vendidos aos camponeses por um preço que não pode ser superior a dois terços do preço de mercado, pagáveis em 30 anos, com juros de 3,5% ao ano. O beneficiário de um lote o recebe mediante a condição de um período probatório e, se o cultiva eficientemente, poderá adquirir o seu direito de uso quando terminar de pagá-lo, pois a sua propriedade pertence ao órgão encarregado da redistribuição das terras.
- (D) A Reforma Agrária é um programa de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra. Nela, o Estado financia a compra voluntária de terras entre agentes “privados”, concedendo uma quantia variável a fundo perdido para investimentos socioprodutivos. O proprietário é pago em dinheiro a preço de mercado, enquanto o trabalhador que compra a terra assume dívida. Em caso de não quitação, perde-se a terra, pois ela fica hipotecada.
- (E) A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

22. De acordo com o artigo 184, da Constituição de 1988, assinale a alternativa que indica o ente federativo que tem competência para “desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”

- (A) O município.
- (B) A União.
- (C) Os Estados.
- (D) O Distrito Federal.
- (E) Os Territórios Federais.

23. Analise os dados percentuais da tabela sobre o Uso da Terra no Estado de São Paulo em 2004, e, a seguir, assinale a alternativa que tenha relação direta com os dados.

USO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO – 2004  
(EM % DA ÁREA TOTAL)

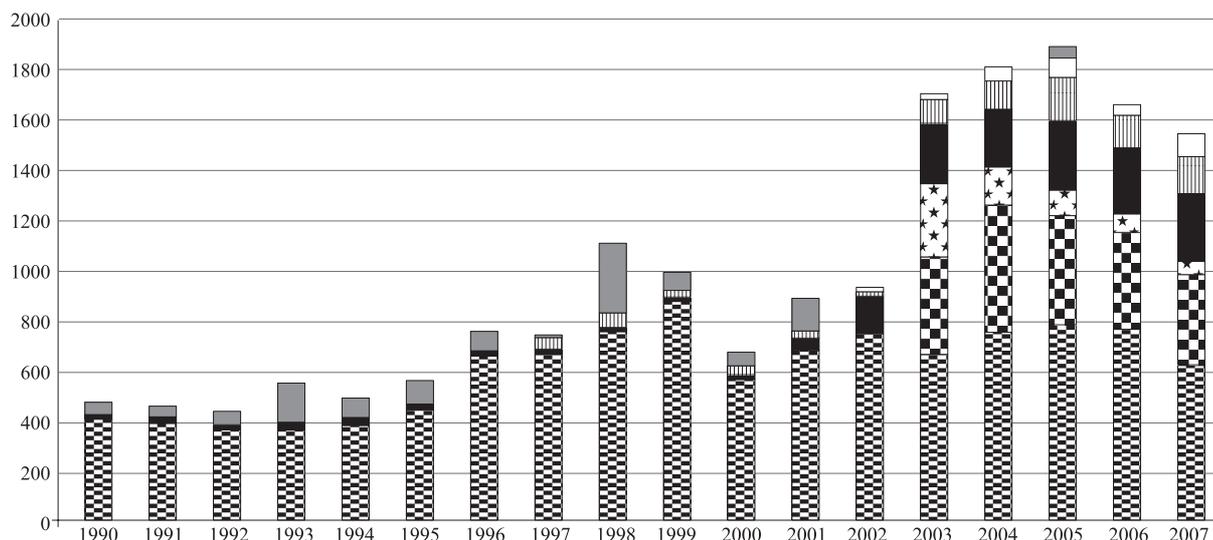
Região/ Estado	Área Total	Lavouras Área Total	Lavouras					Pastagem Área Total	Florestas e outros
			Cana	Laranja	Milho	Soja	Café		
São Paulo TOTAL	100	32,02	51,42	9,88	15,83	11,47	3,54	47,91	20,07
Ribeirão Preto	100	66,97	83,14	2,09	3,51	4,19	2,77	19,63	13,40
Presidente Prudente	100	19,12	41,54	0,003	20,03	23,15	3,16	75,57	5,31
Registro	100	4,01	0,39	0,04	2,03	0,00	0,06	15,07	80,93

(IEA/CATI – SSA)

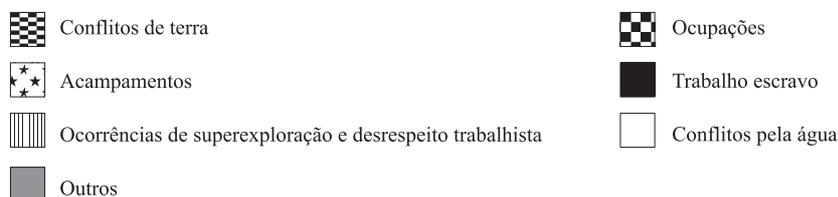
- (A) Embora a cana-de-açúcar ocupe o percentual de 16,5% da área total relativa ao uso das terras no Estado de São Paulo, ela já representa mais do que a metade da área total das lavouras.
- (B) Não há especialização sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto, porque a cana-de-açúcar participa com apenas 83,14% do total da área das lavouras e 55% da área total das terras.
- (C) A região de Registro é aquela onde mais se concentra a área cultivada das lavouras de exportação, porque ainda mantém mais de 80% de suas terras com cobertura vegetal.
- (D) A reforma agrária já tornou a região de Presidente Prudente a maior área de produção de lavouras paulista para exportação, por isso tem apenas 75% de suas terras ocupadas com a pecuária.
- (E) Comparando-se as quatro regiões, pode-se afirmar que há um uso da terra homogêneo e equilibrado, pois não há concentrações expressivas das atividades no uso da terra entre elas.

24. Analise o gráfico a seguir e assinale a alternativa que tenha correspondência com ele.

BRASIL – CONFLITOS NO CAMPO – 1990 A 2007



(CPT/ORG: A. U. Oliveira. USP-IANDE)



- (A) No governo atual, os conflitos no campo praticamente dobraram, quando comparados com o governo anterior.
- (B) O trabalho escravo no Brasil vem decrescendo desde a década de 90, acompanhado também, pela diminuição das ocorrências de superexploração.
- (C) Os conflitos por água diminuíram sensivelmente no governo atual.
- (D) Entre os anos de 2003 e 2007, está ocorrendo uma diminuição brusca das ocupações de terra e um forte aumento dos acampamentos.
- (E) Após o ano de 2003, o número de conflitos por terra passou a representar mais de 70% do total.

25. Leia o texto e assinale a alternativa que indica o novo instrumento conceitual que os geógrafos propuseram para interpretar os movimentos existentes no campo.

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, estudioso dos movimentos no campo, afirma que *“os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, mas com certeza não contribui tanto para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços produzidos ou construídos pelos movimentos. Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas.”*

(<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Construcaoconceitual.pdf>)

- (A) Movimentos ludistas.
- (B) Movimentos socioterritoriais.
- (C) Movimentos ambientalistas.
- (D) Movimentos integralistas.
- (E) Movimentos geo-rurais.

26. Leia o texto e assinale a alternativa que indica, respectivamente, os dois tipos de trabalho proibidos por lei, mas que estão presentes na atualidade no campo brasileiro, inclusive em São Paulo.

A legislação brasileira proíbe o trabalho caracterizado pelo cerceamento da liberdade e pela coação (moral, econômica ou física) que é considerado crime pela legislação penal. Esse tipo de trabalho apresenta normalmente, jornadas exaustivas de trabalho, em condições insalubres, como, por exemplo, alojamento inadequado, falta de fornecimento de boa alimentação e água potável, falta de fornecimento de equipamentos de segurança. Já há, também, outro tipo de trabalho que embora seja destituído do cerceamento da liberdade, ou seja, o empregado não é proibido ou impedido de exercer o seu direito de ir e vir, mas presta serviços, geralmente, em local insalubre, em jornadas excessivas, sem o fornecimento de uma boa alimentação ou mesmo de equipamentos de segurança.

(<http://www.prt2.mpt.gov.br/codin/discriminacao.php>)

- (A) Trabalho assalariado e trabalho autônomo.
- (B) Trabalho público e trabalho privado.
- (C) Trabalho livre e trabalho necessário.
- (D) Trabalho escravo e trabalho degradante.
- (E) Trabalho coletivo e trabalho comunal.

27. Na agricultura brasileira, segundo o II PNRA, domina um tipo de agricultura que está presente em “4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. Em toda a década de 90, esse tipo de agricultura teve um aumento de produtividade entre 1989 e 1999, de 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%. Ela responde por 37,8% da produção, mas consome apenas 25,3% do crédito. Segundo dados do Censo Agropecuário 95/96, ela gera, em média, uma ocupação a cada oito hectares utilizados...”

Esse texto mostra a importância de um determinado tipo de agricultura no Brasil, identifique-o entre as alternativas apresentadas.

- (A) Patronal.
  - (B) Coletiva.
  - (C) Familiar.
  - (D) Comunitária.
  - (E) Servil.
28. Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 10.207, de 08.01.1999, que criou a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, qual órgão estadual incorporará ao seu patrimônio as “terras devolutas estaduais, apuradas em ações discriminatórias e destinadas aos projetos de assentamento fundiário”?
- (A) Secretária Estadual da Fazenda.
  - (B) INCRA.
  - (C) Secretaria Estadual da Agricultura.
  - (D) CATI.
  - (E) ITESP.

29. Analise a tabela:

ESTADO DE SÃO PAULO  
ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003 – (EM HECTARES)

CLASSES DE ÁREAS	TOTAL	
	IMÓVEIS	ÁREA
MENOS DE 1	12.910	5.210
1 A MENOS DE 2	10.666	14.673
2 A MENOS DE 5	61.748	204.691
5 A MENOS DE 10	54.983	409.753
10 A MENOS DE 25	102.454	1.720.404
25 A MENOS DE 50	57.885	2.065.447
50 A MENOS DE 100	34.614	2.428.794
<b>Pequenos MENOS DE 100</b>	<b>(90%) 335.260</b>	<b>(34%) 6.848.972</b>
100 A MENOS DE 200	19.058	2.657.428
200 A MENOS DE 500	12.860	3.904.732
500 A MENOS DE 1.000	3.701	2.546.206
<b>Médios 100 A MENOS DE 1.000</b>	<b>(9,5%) 35.619</b>	<b>(45%) 9.108.366</b>
1.000 A MENOS DE 2.000	1.416	1.921.072
2.000 A MENOS DE 5.000	570	1.649.141
5.000 A MENOS DE 10.000	86	595.643
10.000 A MENOS DE 20.000	8	107.057
20.000 A MENOS DE 50.000	4	96.197
<b>Grandes 1.000 E MAIS</b>	<b>(0,5%) 2.084</b>	<b>(21%) 4.369.110</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(100%) 372.963</b>	<b>(100%) 20.326.448</b>

(INCRA)

Os dados presentes na tabela relativa à estrutura fundiária do Estado de São Paulo revelam que

- (A) a terra rural está dividida equitativamente.
  - (B) os grandes imóveis são muitos e ocupam apenas um quinto das terras.
  - (C) muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.
  - (D) não há imóveis com mais de 10.000 hectares.
  - (E) entre os pequenos imóveis, os muito pequenos (menos de 10 ha) representam um quarto.
30. O artigo 53 do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964) reza expressamente que: “A Reforma Agrária será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos”. E, o artigo 54 denomina o principal instrumento nacional da ação: Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.
- Assinale a alternativa que corresponda ao governo que realizou o primeiro PNRA.
- (A) Marechal Castelo Branco.
  - (B) José Sarney.
  - (C) General Costa e Silva.
  - (D) Fernando Henrique Cardoso.
  - (E) General Médici.

31. Veja as tabelas:

BRASIL – OCUPAÇÕES DE TERRA – ABRIL 2005

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL	
AM	BA 12	MT 5	SP 3	PR		
PA 4	MA	MS	RJ 1	RS		
TO	PI	GO	MG	SC 1		
RO 2	AL 3	DF 1	ES 1			
RR	CE					
AP	PB					
AC	PE 21					
	RN					
	SE					
Total	6	36	6	5	1	54

BRASIL – OCUPAÇÕES DE TERRA – ABRIL 2008

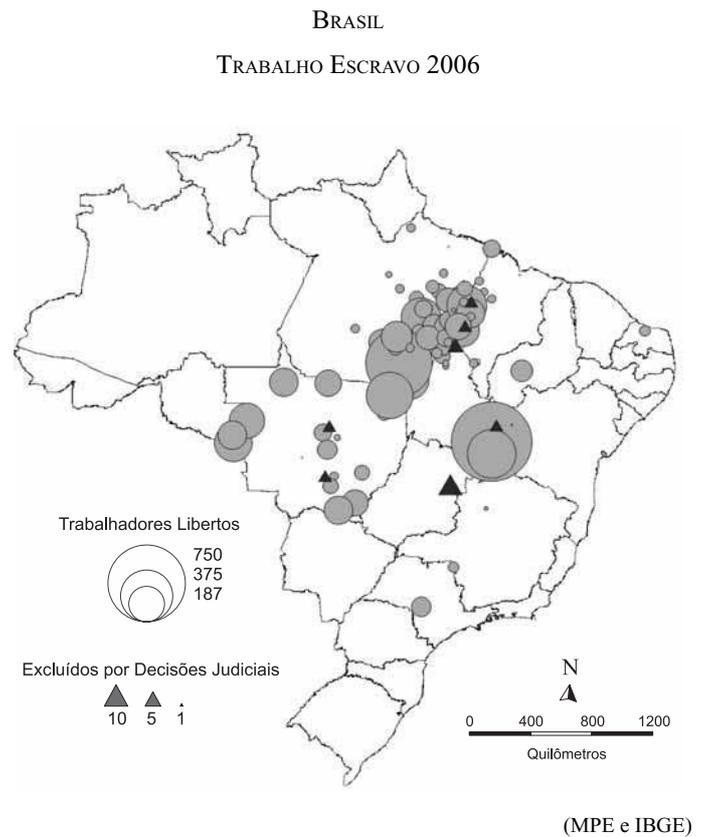
NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL	
AM	BA 05	MT	SP 07	PR 01		
PA 01	MA	MS	RJ 01	RS 01		
TO	PI	GO 02	MG 03	SC		
RO	AL 10	DF	ES			
RR	CE 01					
AP	PB					
AC	PE 30					
	RN					
	SE					
Total	01	46	02	11	02	62

(Ouvidoria Agrária – MDA)

Observando-se os dados sobre ocupações de terra ocorridos no Brasil, em abril de 2005, e, em abril de 2008, pode-se afirmar que

- (A) as ocupações de terra no estado de São Paulo dobraram.
- (B) a região Sul é aquela que apresenta os mais elevados indicadores de ações.
- (C) reduziram-se pela metade as ocupações de terra no Estado de Pernambuco.
- (D) ampliaram-se as ações de ocupação de terra na região Norte.
- (E) diminuíram as ocupações de terra na região Nordeste.

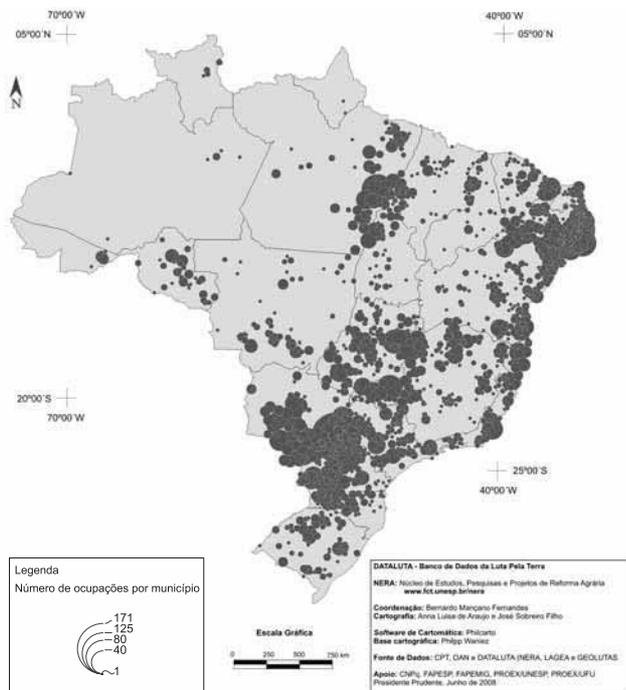
32. Analise o mapa sobre a ocorrência do trabalho escravo no Brasil em 2006 e indique a alternativa que tem correspondência com essa infração aos direitos humanos no país.



- (A) O Estado do Pará não apresenta ocorrência do trabalho escravo.
- (B) O trabalho escravo ocorreu nas principais áreas do agro-negócio de grãos.
- (C) No Estado de São Paulo, o trabalho escravo ocorreu em região de olericultura.
- (D) A justiça excluiu cinco casos de trabalho escravo da “lista suja” do Estado de Goiás.
- (E) A presença do trabalho escravo na Amazônia não está relacionada ao desmatamento.

33. Analise o mapa sobre a Geografia das Ocupações de Terras entre 1988 e 2007 e, a seguir, assinale a alternativa que apresenta três regiões com as maiores concentrações de ocorrência das ocupações de terra nesse período no país.

BRASIL – GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS 1988-2007  
N.º DE OCUPAÇÕES



(NERA)

- (A) Estado de Pernambuco, Sul da Bahia e Campanha Gaúcha.
- (B) Triângulo Mineiro, Vale do Paraíba fluminense e oeste do Paraná.
- (C) Central de Goiás, sudeste do Pará e Vale do Ribeira em São Paulo.
- (D) Polígono da seca em Minas Gerais, Oeste de Santa Catarina e Araguaia mato-grossense.
- (E) Pontal do Paranapanema, Zona da Mata do Nordeste e Sul de Mato Grosso do Sul.

34. Após o 5.º Congresso do MST, realizado em junho de 2007 em Brasília, uma importante liderança nacional fez a seguinte análise:

*“A conjuntura política é bastante delicada, porque, infelizmente, o governo abdicou do sonho, da vontade pessoal do presidente, de fazer a Reforma Agrária, e fez a opção pela monocultura agroexportadora, ao invés de fazer a mudança do modelo de desenvolvimento da agricultura. Isso, é claro, cria um processo de desestímulo e, ao mesmo tempo, de desmobilização no meio camponês e de todo processo de resistência e de luta do povo. Então, há um processo de desmobilização, ao mesmo tempo em que temos um governo vinculado ao modelo tradicional da monocultura exportadora. [...] Este Congresso tentou apontar justamente para o caminho da mobilização, para as organizações das bases e para a consolidação das experiências de Reforma Agrária. O Congresso tentou interpretar essa questão da conjuntura internacional, da situação da agricultura em nível internacional, dos problemas que vivemos no Brasil, os quais são os mesmos vividos em toda a América Latina, e que há necessidade urgente de fazer lutas e mobilizar-se contra esse modelo que destrói as pessoas, o meio ambiente, além de gerar exclusão.”*

Assinale a alternativa que, a partir dessa posição assumida, permite interpretar qual personagem estará no centro de sua luta.

- (A) O minifúndio.
- (B) O PRONAF.
- (C) O sindicalismo.
- (D) O agronegócio.
- (E) O latifúndio.

35. Analise a tabela relativa à informação prestada pelos interessados sobre a situação legal de suas terras no Cadastro Rural do INCRA e estabeleça relações com o artigo 191 da Constituição Federal de 1988, o artigo 5.º da Lei n.º 10.207/1999 que criou o ITESP e o artigo 3.º do seu Regulamento. A seguir, indique a alternativa que apresenta correspondência com essa relação.

ESTADO DE SÃO PAULO – 2003

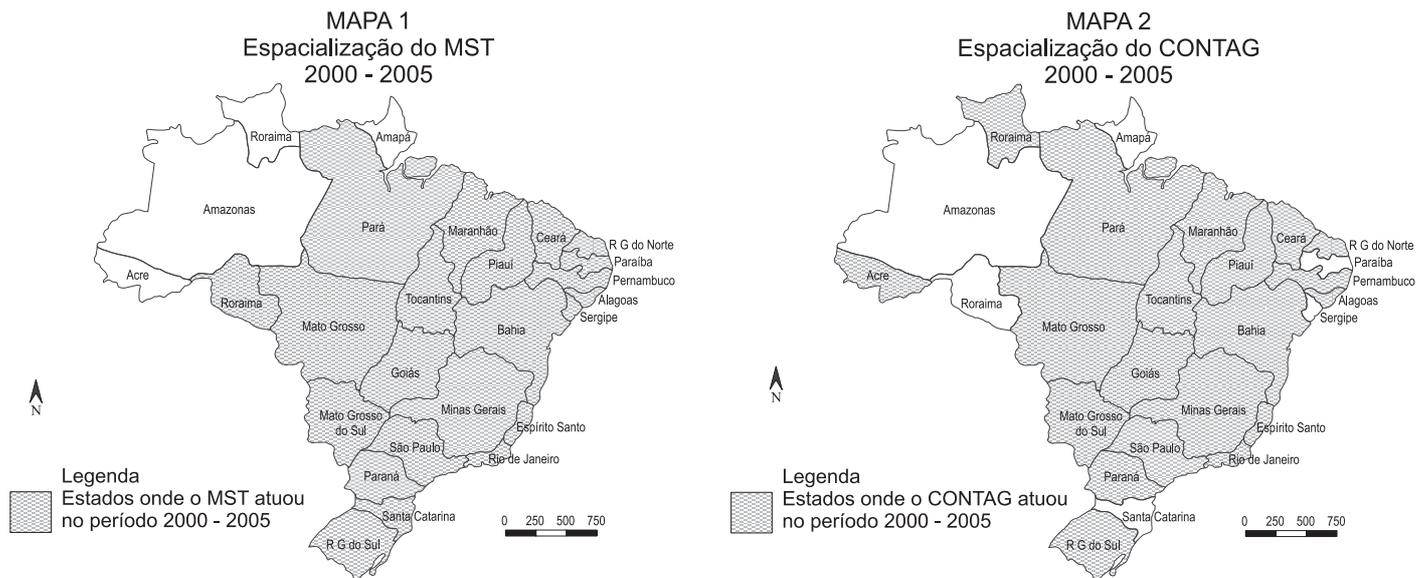
CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL	POSSEIRO	
	IMÓVEIS	ÁREA (ha)
MINIFÚNDIO	41.624	253.035,10
PEQUENA PROPRIEDADE	14.241	417.801,80
MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	827	113.321,50
MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2.241	227.891,60
GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	380	257.851,80
GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	480	270.307,70
NÃO CLASSIFICADA ART.7.º LEI N.º 8.629/93	98	63.246,90
<b>TOTAL</b>	<b>59.891</b>	<b>1.603.456,40</b>

(INCRA)

- (A) A legislação em vigor não permite a regularização fundiária dos minifúndios existentes no estado.
- (B) A área dos posseiros, cuja legislação lhes dá o direito sobre suas posses, representa 90% do total.
- (C) É presumível a existência de terras devolutas apropriadas irregularmente no estado de São Paulo.
- (D) Apenas uma minoria dos imóveis rurais paulistas ocupados por posseiros podem ser regularizados.
- (E) As grandes propriedades improdutivas podem ser regularizadas pela legislação paulista em vigor.

36. Os mapas trazem os estados onde o MST e a CONTAG atuaram, respectivamente, entre 2000 e 2005. Assinale a alternativa que representa a diferença das táticas nas ações da luta pela terra entre esse dois sujeitos sociais coletivos.

BRASIL – MAPAS DA ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS QUE REALIZARAM MAIOR NÚMERO DE OCUPAÇÕES ENTRE OS ANOS 2000 A 2005

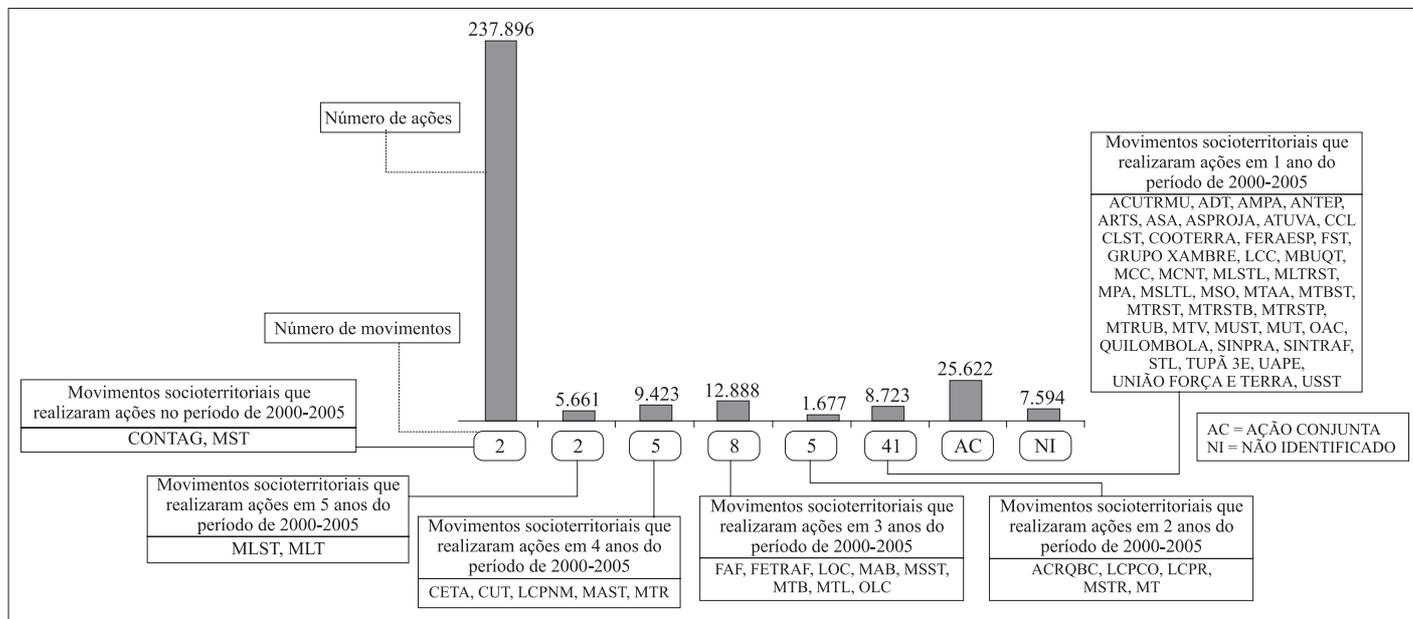


(NERA)

- (A) MST: ocupar e depois negociar; CONTAG: negociar e depois acampar.
- (B) CONTAG: negociar e depois ocupar; MST: negociar e depois esperar o assentamento.
- (C) MST: negociar e depois ocupar; CONTAG: ocupar e depois negociar.
- (D) CONTAG: aguardar o assentamento; MST: apenas negociar.
- (E) MST: não ocupar e esperar o assentamento; CONTAG: não ocupar, apenas negociar.

37. Assinale a alternativa que contém três movimentos socioterritoriais que atuam em ocupações de terra no Estado de São Paulo.

BRASIL – INTENSIDADE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS – 2000 – 2005



Sector de Documentação da CPT Nacional, 2005  
Organizador: Anderson Antonio da Silva

(NERA)

- (A) CUT, CETA e MST.
- (B) MLST, FAF e OLC.
- (C) MST, MAST e CUT.
- (D) MTL, CONTAG e MAB.
- (E) MAST, CETA e MLST.

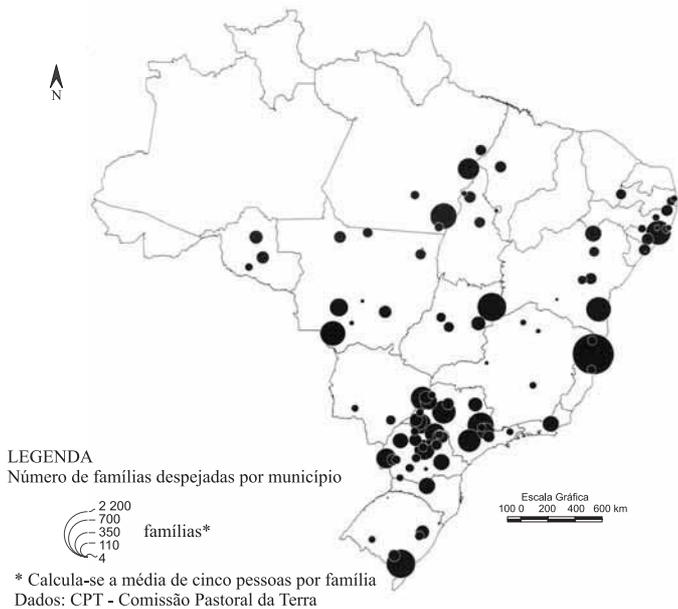
38. Os mapas indicam as ocorrências de ocupações de terras e ações de despejos pela justiça no ano de 2007.

BRASIL – GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA – 2007  
FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES



(CPT)

BRASIL – GEOGRAFIA DOS DESPEJOS DA TERRA – 2007  
FAMÍLIAS DESPEJADAS



(CPT)

Assinale a alternativa que corresponda a dois estados onde ocorre uma correlação entre as duas atuações.

- (A) Bahia e Rio Grande do Norte.
- (B) Mato Grosso do Sul e Piauí.
- (C) Rondônia e Pernambuco.
- (D) São Paulo e Paraná.
- (E) Minas Gerais e Pará.

39. Indique entre as alternativas a seguir, aquela que traz o documento que, pela legislação brasileira, garante o exercício do domínio sobre a propriedade privada da terra.

- (A) Contrato de compromisso de compra e venda.
- (B) Escritura do Cartório de Registro Civil.
- (C) Cadastro rural do INCRA.
- (D) Declaração do Imposto Territorial Rural.
- (E) Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis.

40. Na legislação agrária brasileira sobre a propriedade privada da terra, a posse e o domínio aparecem na seguinte correlação:

- (A) a posse se sobrepõe ao domínio.
- (B) a posse e o domínio não se separam.
- (C) o domínio está submetido à posse.
- (D) a posse e o domínio são a mesma coisa.
- (E) o domínio e a posse estão separados.

41. “A Fundação ITESP realiza ações que promovem a regularização fundiária em regiões administrativas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nessas localidades, foi identificado situações-problema de diferentes origens, que resultaram em conflitos fundiários, especulação com terras, exploração desmedida dos recursos naturais, indefinição dominial e conflitos pelo uso e posse da terra.”

Assinale a alternativa que contém duas regiões do estado de São Paulo onde há essas ações da Fundação ITESP.

- (A) Pontal do Paranapanema e região de Ribeirão Preto.
- (B) Alto do Ribeira e Vale do Paraíba.
- (C) Região de Bauru e região de Sorocaba.
- (D) Vale do Ribeira e região de Campinas.
- (E) Região de Franca e litoral sul.

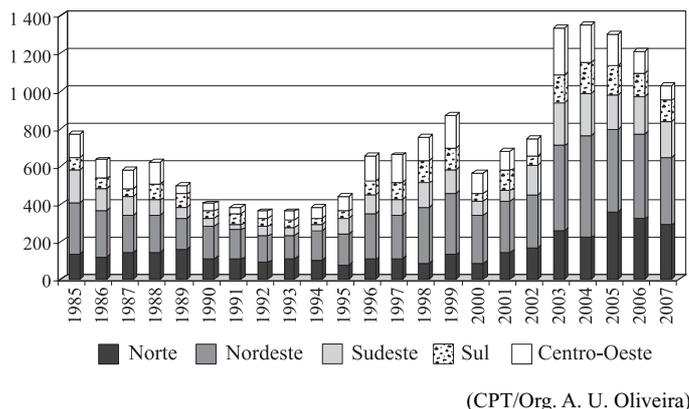
42. A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu, no artigo 20, inciso II, e artigo 26, inciso IV, que as terras devolutas são bens do domínio da União e dos Estados, conforme a sua localização.

Indique a alternativa que corresponda, no Estado de São Paulo, a uma jurisdição exclusiva da União sobre as terras devolutas.

- (A) Região da Serra da Mantiqueira.
- (B) Faixa de Fronteira.
- (C) Pontal do Paranapanema.
- (D) Região de Araçatuba.
- (E) Faixa de Marinha.

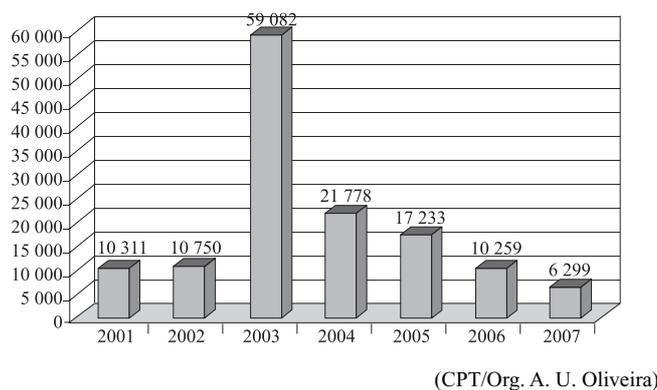
43. Analise o gráfico relativo à distribuição regional dos conflitos de terra entre 1985 e 2007 e, a seguir, assinale a alternativa que contenha essa correspondência.

BRASIL – CONFLITOS DE TERRA – 1985 A 2007



- (A) A região Nordeste tem a maior concentração dos conflitos de terra no Brasil.
- (B) No governo Collor/Itamar ocorreu a maior concentração dos conflitos na região Sul.
- (C) No governo Sarney, a região Centro-Oeste liderou o número de conflitos de terra.
- (D) Na região Sudeste diminuiu sucessivamente o número de conflitos no governo FHC.
- (E) A região Norte apresenta os menores números de conflitos no período do governo Lula.
44. O gráfico indica uma queda significativa no número de famílias presentes nos novos acampamentos. Várias hipóteses são apontadas pela mídia para explicá-la no governo atual. Indique a alternativa que aponta uma dessas hipóteses.

BRASIL – NÚMEROS DE FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS NOVOS – 2001 A 2007



- (A) O assentamento de todas as famílias acampadas do país.
- (B) Os Sem Terras não querem mais a reforma agrária.
- (C) Os movimentos sociais abandonaram totalmente as ocupações de terra.
- (D) As políticas compensatórias governamentais.
- (E) O cumprimento de todas as metas estabelecidas pelo II PNRA.

45. A Constituição de 1988, exatamente cem anos depois da Lei Áurea, reconheceu o direito à terra
- (A) das populações tradicionais do Pontal do Paranapanema.
- (B) dos pescadores caiçaras do litoral paulista.
- (C) das comunidades remanescentes de quilombos.
- (D) das bordadeiras de Ibitinga no interior paulista.
- (E) dos povos indígenas Guarani do Estado de São Paulo.
46. A autorização para a União promover a ação de desapropriação decorre de
- (A) decreto que declarar o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária.
- (B) autorização administrativa do Ministério correspondente.
- (C) ato discricionário da autoridade administrativa.
- (D) ato vinculado do Ministério da Agricultura.
- (E) sentença judicial definitiva.
47. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de
- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 20 anos.
48. Para a aquisição da propriedade rural por usucapião prevista na Constituição Federal é necessário que a área não seja superior a
- (A) 5 hectares.
- (B) 10 hectares.
- (C) 20 hectares.
- (D) 40 hectares.
- (E) 50 hectares.
49. São órgãos superiores da Fundação ITESP:
- (A) o Conselho Curador e o Conselho Fiscal.
- (B) a Diretoria Executiva e o Conselho Curador.
- (C) a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.
- (D) o Conselho Curador e o Conselho Consultivo.
- (E) o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
50. A Fundação ITESP é vinculada à Secretaria
- (A) do Meio Ambiente.
- (B) de Constituição e Justiça.
- (C) da Justiça e da Defesa da Cidadania.
- (D) da Agricultura.
- (E) da Reforma Agrária.